

O senador Paulo Souto, relator da CPI do Judiciário, propôs o envio de cartas aos tribunais na primeira reunião de trabalho, marcada para amanhã às 18h



## CPIs

O senador João Alberto é o nome indicado pelo PMDB para o cargo de relator da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro



### Eduardo pede mais atenção à criança

O senador Eduardo Siqueira Campos defendeu a adoção por prefeituras e governos estaduais de programas de renda mínima destinados a garantir a manutenção de crianças nas escolas. O Tocantins, segundo o senador, está promovendo com sucesso iniciativas voltadas para as crianças carentes.



Eduardo Siqueira Campos

PÁGINA 6

## CPI dos Bancos começa a funcionar amanhã

Relator da comissão que investigará denúncias contra o Judiciário quer pedir informações aos presidentes de tribunais citados no requerimento

Será instalada amanhã, às 10h, pelo Senado Federal, a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias de irregularidades no sistema financeiro. Criada a partir de requerimento de autoria do líder do PMDB, Jader Barbalho, a comissão deverá ter como relator o senador peemedebista João Alberto, indicado por seu partido para o cargo. A CPI dos Ban-

cos funcionará simultaneamente à do Judiciário, instalada na semana passada. Ambas terão 120 dias de prazo para apresentar suas conclusões. Na reunião da CPI do Judiciário, amanhã às 18h, o relator, senador Paulo Souto, pretende sugerir que sejam enviados pedidos de informações sobre as denúncias a todos os presidentes de tribunais citados no requerimento.

PÁGINAS 2 E 3

### Jefferson cobra reajuste do mínimo



Jefferson Péres

Depois de rejeitar a reindexação salarial, o senador Jefferson Péres propôs ontem que o governo conceda um "aumento substancial" do salário mínimo, para diminuir os índices de pobreza do país. Ele disse que todos se acham anestesiados com o barulho provocado pelas CPIs.

PÁGINA 8

### CAE



Integrantes da CAE têm sete itens para discutir na pauta de hoje, com destaque para o projeto de lei complementar tratando do limite de gastos com pessoal da União

### Gastos com pessoal em discussão

Na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos hoje, às 10h, os senadores vão analisar projeto de lei complementar que limita a 50% da receita líquida as despesas da União com a sua folha de pessoal.

PÁGINA 5

# Souto quer pedir informações a quatro tribunais

Relator da CPI do Judiciário sugere enviar ofícios aos órgãos citados nas denúncias

O relator da comissão parlamentar de inquérito que investiga denúncias de irregularidades no Judiciário, senador Paulo Souto (PFL-BA), adiantou que pretende propor amanhã o envio de cartas aos presidentes de tribunais citados no requerimento de criação da CPI, solicitando informações. No requerimento, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) citou irregularidades nos tribunais regionais do Trabalho de São Paulo, Paraíba e Maranhão, além da Justiça estadual de São Paulo.

Paulo Souto fará sua proposta durante a primeira reunião de trabalho da CPI, marcada para as 18h de amanhã. Para ele, algumas das denúncias já vêm sendo investigadas, inclusive pelo Ministério Pú-



Paulo Souto apresenta proposta de trabalho na reunião de amanhã

blico, e a CPI deve aproveitar o trabalho até agora realizado. Só depois de receber a documentação o relator identificará os nomes das pessoas envolvidas nas denúncias de irregularidades, para convocação.

A CPI do Judiciário foi instalada na última quinta-feira, quando elegeu o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) presidente e o senador Carlos Wilson (PSDB-PE), vice. O senador Paulo Souto foi designado relator.

O senador Antonio Carlos Magalhães citou no documento de criação da CPI cinco fatos irregulares em tribunais, envolvendo corrupção, nepotismo e "vultosas indenizações arbitradas em juízo com o intuito de lesar o erário".

## Valadares propõe evitar favores a ocupantes de cargos públicos

Ocupantes de cargos em comissão ou de assessoramento dos órgãos da administração direta, indireta ou fundacional da União podem ser proibidos de celebrar contratos de prestação de serviços ou de qualquer natureza com pessoas jurídicas de direito público e com as de direito privado que, para a sua manutenção, recebam contribuição do poder público. Essa é a determinação de projeto de lei do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que foi encaminhado para decisão terminativa à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto prevê também a proibi-

ção aos mesmos servidores de participar como proprietários ou como sócios de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público ou de direito privado para cuja manutenção tenha contribuído o poder público. Valadares disse que a finalidade do projeto é "atender a um dos princípios essenciais da administração pública, o da moralidade".

O senador explicou que esse princípio tem grande importância para coibir privilégios a detentores de cargos públicos que, muitas vezes, conseguem favores ou benefícios de entidades públicas ou privadas.



## AGENDA

TERÇA-FEIRA, 13 DE ABRIL DE 1999

Antonio Carlos Magalhães  
Presidente

- ▶ 12h - Recebe o senador Frits Korhth Altes, presidente do Senado dos Países Baixos, acompanhado de delegação de senadores e deputados.
- ▶ 15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária.

### PLENÁRIO

- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: \*Requerimentos nº 107/99, do senador Romero Jucá, solicitando tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 16 e 23/99, por versarem sobre a criação da Escola Agrícola Federal de Rorainópolis-RR; e \*nº 108/99, do senador Romero Jucá, solicitando tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 17 e 46/99, por versarem sobre a criação da Escola Agrícola Federal de Normandia-RR.

### COMISSÕES

- ▶ 10h - Comissão de Assuntos Econômicos  
Pauta: \*PDL nº 12/98, que aprova o texto do Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Financeira de 24/10/91, celebrado entre o Brasil e a Alemanha, em Brasília, em 26/5/97; \*PLS nº 136/99, que cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE, para as Unidades da Federação que abrigarem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas; \*PLS nº 87/99, que dispõe sobre as receitas provenientes das privatizações, alterando a Lei nº 9.491, de 9/9/97; \*PLS nº 100/99, altera o Decreto-Lei nº 791, de 27/8/69, que dispõe sobre o pedágio em rodovias federais, com a finalidade de conceder isenção do pagamento de pedágio para veículos automotores adaptados para motoristas portadores de deficiência física; \*PLS nº 9/99, que estabelece regras de financiamento da política nacional de desenvolvimento regional; \*Ofício S nº 5/99, que encaminha ao Senado parecer do Banco Central do Brasil acerca da operação de crédito entre a União e o estado do Amazonas, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária, cujos recursos serão destinados ao saneamento do Banco do Estado do Amazonas S/A e integralização de capital da agência de fomento; e \*PDL nº 6/99, que disciplina os limites das despesas com pessoal, na forma do art. 169 da Constituição. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*
- ▶ 17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional  
Pauta: \*Mensagem nº 246/98, que submete à apreciação do Senado o nome de Sérgio Seabra de Noronha, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Gabonesa; \*Mensagem nº 58/99, que submete à apreciação do Senado o nome de Carlos Alfredo Pinto da Silva, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria; \*PDL nº 39/99, que aprova o texto da Convenção Internacional para a Proteção de Obtenções Vegetais; \*PDL nº 05/98, que aprova o Tratado de Extradicação celebrado entre o Brasil e a Coreia, ressalvada a alínea "b" do item 6 de seu art. 2º; \*PDL nº 144/98, que aprova o Protocolo de Integração Educacional para Proseguimento de Estudos de Pós-Graduação nas Universidades dos Países-Membros do Mercosul; \*PDL nº 07/99, que aprova o Acordo de Cooperação na Área de Turismo, celebrado entre o Brasil e a Jamaica; \*PDL nº 11/99, que aprova o Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre o Brasil e a Costa Rica; \*PDL nº 13/99, que aprova o Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, celebrado entre o Brasil e a Rússia, em Brasília; \*PDL nº 22/99, que aprova o Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado entre o Brasil e o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte; e \*PDL nº 25/99, que aprova o Acordo de Cooperação entre Governos Integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para a Redução de Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 7*

- ▶ Após Ordem do Dia - Comissão de Educação  
Pauta: \*PLS nº 53/99, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrícola Federal no município de Anauá-RR; \*PLS nº 39/99, que dispõe sobre a criação do Dia Nacional do Choro; \*Requerimento nº 1.133/95, que trata do sobrestamento do estudo das emendas da Câmara dos Deputados ao PLS nº 110/98, a fim de aguardar decisão sobre o PLS nº 197/95; \*PLC nº 60/98, que estabelece, em todo o país, a data de 1º de junho de cada ano para as comemorações do Dia da Imprensa; e os \*Projetos de Decretos Legislativos nºs 112, 142, 110, 104, 110, 39, 58, 139, 141, e 133, que tratam de renovação de emissoras de rádio e TV. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

### ESPECIAL

- ▶ 10h às 12h - Palestra realizada pelo Instituto Legislativo Brasileiro, "A Reforma da Previdência", será abordado o regime previdenciário dos servidores públicos, as propostas de alteração e também a questão do direito adquirido.  
Palestrante: Gilberto Guezon e como debatedor Fernando Trindade, ambos consultores legislativos do Senado. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

### PREVISÃO DA SEMANA

#### PLENÁRIO

Quarta-feira

- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: \*Mensagem nº 85/99, que submete à deliberação do Senado o nome de Rubens Antônio Barbosa, para exercer a função de embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos da América; \*Mensagem nº 87/99, que submete à deliberação do Senado o nome de Luciano Martins de Almeida, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à Cuba e, cumulativamente, em Antígua e Barbuda; \*Requerimentos nº 109/99, do senador Romero Jucá, solicitando tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 20 e 25/99, por versarem sobre a criação da Escola Agrícola Federal de Bonfim-RR; e nº 110/99, do senador Romero Jucá, solicitando tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 19 e 24/99, por versarem sobre a criação da Escola Agrícola Federal de Pacaraima-RR.

Quinta-feira

- ▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: \*Requerimentos nº 111/99, do senador Romero Jucá, solicitando tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 21 e 52/99, por versarem sobre a criação da Escola Agrícola Federal no município de Caroebe-RR; e \*nº 112/99, da senadora Emília Fernandes, solicitando que sobre o PLS nº 123/99, de autoria do senador Carlos Patrocínio, que torna obrigatório o uso de dispositivo de segurança em tanques e recipientes de combustíveis líquidos e gasosos, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura.

Sexta-feira

- ▶ 9h - Sessão não deliberativa

### COMISSÕES

Quarta-feira

- ▶ 9h - Comissão de Assuntos Sociais  
Pauta: Emendas nºs 1 e 2, oferecidas em plenário, ao substitutivo do Senado ao \*PLC nº 94/94; \*PLC nº 60/95, que institui a gratificação de adicional por tempo de serviço aos empregados em geral; \*PLC nº 80/96, que obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo - GLP ou de gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los; \*PLC nº 12/99, que concede pensão especial a Claudio Villas Boas e Orlando Villas Boas; \*PLS nº 78/99 (decisão terminativa), que dispõe sobre a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para quitação de prestações atrasadas dos financiamentos habitacionais; e \*PLS nºs 63, 97 e 159 de 1999 (decisão terminativa), que, respectivamente, dispõe sobre as campanhas publicitárias das empresas fabricantes de cigarro e de bebidas alcoólicas; altera a Lei nº 9.294/96, a qual dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos e terapias e defensivos agrícolas, nos termos do parágrafo 4º do art. 220 da Constituição federal; e altera a Lei nº 9.294/96, sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos e terapias e defensivos agrícolas, nos termos do parágrafo 4º do art. 220 da Constituição federal. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*

- ▶ 10h - CPI do Sistema Financeiro  
Pauta: Instalação e eleição do presidente e vice-presidente. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

- ▶ 10h30 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Pauta: \*PEC nº 63/95, que altera e revoga dispositivos da Constituição federal pertinentes à Justiça do Trabalho; \*PEC nº 26/99, que altera dispositivos da Constituição federal relativos à Justiça do Trabalho; \*PLC nº 9/99, que dispõe sobre as normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesas; \*PLC nº 10/99, que dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal; \*PDL nº 01/97, que susta os efeitos da aprovação do presidente da República à nota Conjur/Minfra nº 0024/92, através da Exposição de Motivos nº 0019/92, do ministro de Estado da Infra-Estrutura, publicada em 24/3/92; \*PLC nº 96/96, que dispõe sobre o julgamento das contas dos responsáveis por bens, dinheiros e valores públicos; \*PLC nº 02/97, que dispõe sobre a obrigatoriedade da participação em curso de prevenção ao uso de drogas e álcool aos motoristas que, alcoolizados ou sob efeito de outra substância química, provocam acidente de trânsito; \*PLC nº 43/97, que dispõe sobre a apreensão de sementes nas rodovias e respectivas faixas de domínio; \*PLC nº 52/97, que regulamenta o inciso VI do art. 206 da Constituição federal, dispondo sobre a gestão democrática do ensino público; e \*PEC nº 21/97, que revoga o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição federal, bem como o art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 5*

- ▶ 18h - CPI do Judiciário  
Pauta: Reunião para o relator, senador Paulo Souto, apresentar o Plano de Trabalho. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-7115  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070  
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336  
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: Djalba Lima  
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
15º e 16º andares  
Brasília - DF - 70165-920

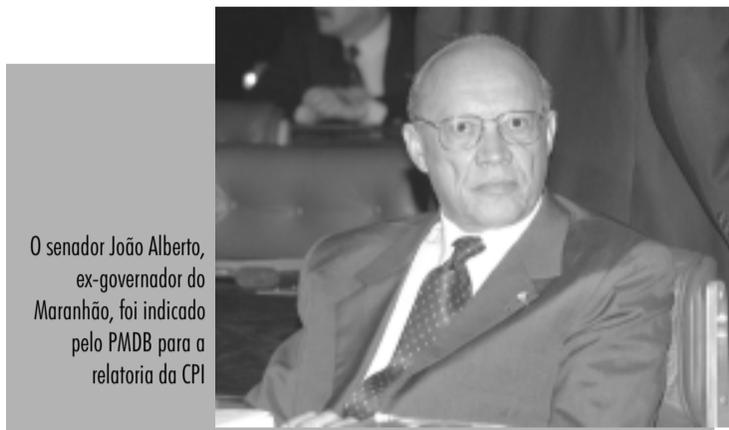
Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# CPI dos Bancos será instalada amanhã

Em sua primeira reunião, comissão deverá eleger presidente e vice-presidente, e designar relator. Com duração fixada inicialmente em 120 dias, trabalhos deverão girar em torno de oito denúncias formuladas por Jader Barbalho

O Senado vai instalar amanhã, às 10h, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar denúncias de irregularidades no sistema financeiro. Na ocasião, os integrantes da comissão vão definir a agenda de depoimentos e os horários de funcionamento da CPI, que deverá trabalhar simultaneamente à comissão que apura irregularidades atribuídas a integrantes do Poder Judiciário.

Na reunião de instalação da CPI serão eleitos o presidente e o vice-presidente, e designado o relator da comissão. O PMDB já decidiu indicar para relator o senador João Alberto (MA), que foi governador, deputado estadual e,



O senador João Alberto, ex-governador do Maranhão, foi indicado pelo PMDB para a relatoria da CPI

por três vezes, deputado federal, tendo assumido o mandato de senador em fevereiro deste ano. A presidência da CPI deverá ser do PFL.

A comissão vai trabalhar por

um período de 120 dias, que poderá ser prorrogado, dependendo da decisão de seus integrantes. Proposta pelo líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), a CPI dos Bancos é apenas

do Senado, e contará com 11 senadores titulares, sendo quatro do PMDB, três do PFL, dois do PSDB e dois do Bloco Oposição.

Ao propor a criação da CPI, no dia 29 de março, Jader Barbalho apresentou oito denúncias ligadas às atividades de instituições financeiras, acusando parte delas de se terem beneficiado de informações privilegiadas sobre a desvalorização do real, em janeiro. Conforme requerimento para a criação da CPI, os senadores também vão investigar a operação de socorro do Banco Central aos bancos FonteCindam e Marka, que possibilitou às duas instituições a compra de dólares abaixo da cotação do dia, bem

como "exorbitantes lucros" obtidos por bancos estrangeiros na compra de títulos públicos, "em detrimento da concessão de crédito aos setores produtivos da economia nacional".

A CPI deve investigar ainda a sonegação de impostos que teria sido praticada por sete bancos. O líder do PMDB solicitou também em seu requerimento que a CPI investigue as razões pelas quais ainda persiste certa fragilidade no sistema financeiro nacional, mesmo depois de o governo ter promovido a ajuda ao setor, por meio do Proer, programa que proporcionou, segundo Jader, uma "maciça injeção de recursos" nos bancos.

## Denúncias envolvem empresas e governo

O requerimento de instalação da CPI do Sistema Financeiro, apresentado pelo senador Jader Barbalho (PMDB-PA) no último dia 29 de março, foi baseado em oito denúncias de irregularidades noticiadas pela imprensa, envolvendo instituições bancárias e o governo. Cinco destes fatos relacionam-se com a desvalorização cambial de 12 de janeiro. O requerimento lista ainda denúncias de sonegação fiscal contra sete bancos estrangeiros que operam no Brasil.

Um suposto favorecimento aos bancos Marka e FonteCindam, que teriam comprado dólares a uma cotação mais baixa, mesmo depois de o Banco Central ter alterado a banda cambial, desvalorizando o real, deve motivar as primeiras convocações para depoimentos.

— Por que privilegiar dois bancos na cotação de venda de dólar? Por que não ajudar também as empresas brasileiras que estavam endividadas em dólar? E o cidadão endividado em dólar? A CPI precisa saber com que autorização o Banco Central fez isso. Em qual lei se baseou — questionou Jader Barbalho, ao defender em plenário a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito.

## Jader quer abrir trabalhos com depoimento do presidente do BC

O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) anunciou ontem que o PMDB irá propor o nome do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, como o primeiro a depor na CPI do Sistema Financeiro. Criada a partir de requerimento do senador, a CPI será instalada amanhã (*veja matéria acima*). Jader quer ouvir já na quinta-feira as explicações do Banco Central sobre as suspeitas de favorecimento ao Banco Marka por ocasião da desvalorização cambial.

Na opinião do líder do PMDB, a presença de Fraga fornecerá aos senadores a versão oficial sobre o caso, o que pode facilitar os trabalhos da CPI. "O depoimento do presidente do BC nos dará informações sobre as investigações que o banco vem fazendo sobre o caso. A partir daí, confrontaremos estes dados com outras versões existentes, inclusive as da imprensa, e traçaremos um rumo para as nossas investigações", justificou o senador paraense.

Jader disse que as denúncias apresentadas na edição de domingo da revista *Veja*, segundo as quais o dono do banco Marka, Salvatore Cacciola, teria recebido informações privilegiadas de funcionários do Banco Central, devem ser apuradas com profundidade. "A



Jader Barbalho diz que Armínio Fraga dará a versão oficial, que pode facilitar os trabalhos da CPI

denúncia é grave e merece ser investigada", afirmou.

### CREDIBILIDADE

Reiterando que a comissão não poupará esforços nas investigações, Jader rechaçou qualquer insinuação de que a CPI possa afetar a credibilidade do Brasil junto aos investidores internacionais.

— A não-apuração dos fatos é que prejudica a imagem do país. Nenhuma instituição está isenta de episódios como este. O importante é que a comunidade internacional saiba que o governo, o Congresso, a imprensa, enfim o país, tomaram providências para apurar tudo. Assim, o investidor

sabe que pode colocar seu dinheiro aqui, porque o Brasil é um país sério — disse.

Jader considera inevitável a convocação do presidente e do diretor de Fiscalização do BC à época da desvalorização cambial, os economistas Francisco Lopes e Cláudio Mauch, respectivamente. Ele acredita que a sindicância interna do BC, as investigações abertas pela Polícia Federal e o trabalho da CPI não vão se sobrepor. "Todas estas investigações se completam, e nós poderemos inclusive requisitar informações a estes órgãos", afirmou o líder do PMDB.

## Dono do Marka deve ser ouvido, diz Eduardo

Um dos representantes do PFL indicados para a CPI do Sistema Financeiro, o senador Eduardo Siqueira Campos (TO) defendeu a convocação do dono do banco Marka, Salvatore Cacciola, para prestar esclarecimentos sobre um suposto favorecimento ao banco com a desvalorização cambial. Reportagem da revista *Veja* de domingo levanta indícios de que o banqueiro recebia informações privilegiadas de funcionários do Banco Central. O

senador lembrou que as informações da revista baseiam-se em suposições e, por isso, considera importante que os esclarecimentos de Cacciola ocorram antes de se ouvir o presidente do Banco Central, Armínio Fraga.

— Não devemos queimar etapas. Se o dono do Marka trouxer informações que justifiquem a convocação de Armínio Fraga, devemos fazê-lo, para apurar os fatos.

Eduardo Siqueira Campos entende que as investigações realizadas pela CPI não trarão qualquer prejuízo para o governo ou para a credibilidade do país junto à comunidade internacional.

— A imagem do Brasil só ficará prejudicada se não houver apuração — observou o senador.



O senador Paulo Hartung é favorável a uma política de comércio exterior "agressiva"

## Hartung cobra aumento da competitividade na economia

"Precisamos promover a reestruturação competitiva da economia brasileira. É necessário transformar o parque produtivo do país, tirando-o do estágio estatal e tutelado, fazendo que se adotem padrões internacionais de preço e qualidade", pregou o senador Paulo Hartung (PSDB-ES). Ele vê condições no cenário atual da economia brasileira para que se dê essa transformação.

– A desvalorização do real implica aumento instantâneo da competitividade, alavancando as exportações. É possível reverter a recessão e retomar o crescimento. Mas as tarefas estruturais não podem ser deixadas de lado – observou o senador.

Por mudanças estratégicas, Hartung define medidas mais amplas do que "a simples operação de instrumentos monetários e cambiais, ou o cumprimento de metas fiscais de curto prazo". O senador aponta a necessidade de uma agenda estratégica para o Brasil.

– As reformas estruturais compreendem mudanças de organização, procedimentos e valores nas duas dimensões básicas da economia brasileira: na estrutura de produção e consumo de bens e serviços e na estrutura de regulação, financiamento e prestação de serviços do Estado – opinou.

Paulo Hartung acredita que um novo quadro para a economia brasileira somente será possível se o governo federal for capaz de operar políticas regulatórias adequadas à nova realidade do câmbio desvalorizado.

– A realidade aponta para a necessidade de uma agenda nacional que propicie a geração de uma política industrial de comércio exterior agressiva, que potencialize os ganhos de competitividade do câmbio desvalorizado – observou.

# Marina defende novas regras para produtos geneticamente alterados

Senadora sugere prazo mínimo de cinco anos para a comercialização dos chamados transgênicos

Moratória de cinco anos para o cultivo, a importação, a exportação e a comercialização para o consumo humano e animal de alimentos contendo organismos geneticamente modificados (OGM) ou derivados, os chamados produtos transgênicos.

A proposta foi defendida ontem pela senadora Marina Silva (PT-AC), que na semana passada apresentou projeto de lei nesse sentido. Ela explicou que o projeto não proíbe o cultivo experimental de OGM para fins de avaliação e de biossegurança.

Em 1997, a senadora já havia apresentado um projeto semelhante, mas que previa uma moratória de apenas dois anos. A mudança do prazo, segundo ela, aconteceu após ouvir observações da comunidade científica brasileira.

– Que fique bem claro que, no caso da pesquisa experimental, não haverá a proibição. Até porque a moratória é para que tenhamos um procedimento fundamentado em pesquisa científica que nos dê a segurança de que não teremos problemas nem com relação à saúde nem ao meio ambiente – afirmou Marina.

Em aparte, o senador Tião Viana (PT-AC) disse que a grande crise do planeta em relação à alimentação humana é de distribuição, e não de qualidade de produtos, da composição ou do arcabouço genético que envolve cada alimento. "Temos que ter a mais alta responsabilidade de determinar que o governo federal



Marina Silva critica a rapidez com que produtos transgênicos têm sido liberados no país

estabeleça uma política de reflexão científica de grande divisão de responsabilidade com outros setores para que se encaminhe de maneira madura nessa discussão", sugeriu.

O projeto de Marina Silva prevê controles para o cultivo experimental de acordo com os limites impostos pela lei de biossegurança, assim como a interdição imediata de área utilizada ilegalmente e a apreensão e destruição dos produtos transgênicos ali cultivados ou comercializados.

Ela disse que vai propor à comissão encarregada de apreciar o mérito da matéria que programe audiências públicas para debater a questão e chegar a um texto que seja satisfatório às necessidades do país. A senadora também acredita que existem

questões a serem melhor esclarecidas, como a informação de que uma experiência feita com a castanha-do-pará produziu um alérgeno muito potente e que a medicina não saberia como combatê-lo.

– Também temos informações científicas de que os ecossistemas alterados por essas plantas transgênicamente modificadas acabam sendo esterilizados de algumas espécies, bem como o surgimento de várias espécies que são consideradas ervas daninhas, sobre as quais não temos nenhum tipo de controle – alertou a senadora.

Segundo a senadora, o Mercado Comum Europeu tem feito críticas e colocado restrições aos produtos transgênicos por entender que esse tipo de alimento poderá causar algum tipo de prejuízo à saúde dos consumidores, mesmo aqueles alimentos de utilização indireta como a carne de animais alimentados com produtos transgênicos.

Marina criticou a rapidez com que produtos desse tipo são liberados no Brasil. E fez, ainda, um alerta a respeito da convenção internacional sobre produtos transgênicos que se encontra tramitando no Senado, à qual apenas cinco países aderiram. "Ora, se uma convenção tem mais de 30 anos e pouquíssimos países aderiram à ela, é porque alguma coisa há de errado com essa convenção", suspeita ela.

## Suplicy quer informações sobre uso de aviões da Força Aérea Brasileira

Em requerimento destinado ao ministro da Aeronáutica, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu uma lista de todas as requisições de aviões feitas nos meses de dezembro de 1997, janeiro, fevereiro e dezembro de 1998, assim como janeiro e fevereiro de 1999. Ele quer que o ministro informe a data da solicitação, da saída e retorno da aeronave, o destino e a duração da viagem, a autoridade solicitante, o número e o nome das pessoas que viajaram com a autoridade requisitante, o tipo de aeronave utilizada e o valor estimado da hora voada.

O senador deseja também saber se alguma vez o Ministério da Ae-

ronáutica já se negou a atender uma requisição de aeronave por entender que a solicitação não se enquadrava no que se define como missão oficial de trabalho. Lembrando os cortes efetuados no Orçamento da União, principalmente nos recursos disponíveis para o abastecimento de aeronaves, ele quer ainda informações sobre a demanda que o Ministério da Aeronáutica estima que poderá atender este ano.

Referindo-se à lei que proíbe o uso de transporte oficial pela família de servidor em passeios e excursões, o senador indaga também que providências o Ministério da Aeronáutica adotou para o cum-



Suplicy pretende verificar se está sendo cumprida a lei que regula o transporte aéreo oficial

primento dessa norma. Depois de lembrar os pesados cortes impostos aos programas sociais, Suplicy disse ser inaceitável que autoridades usem recursos públicos em proveito próprio.

## Projeto regula regiões de desenvolvimento

As regiões de desenvolvimento previstas na Constituição poderão começar a ser implementadas, caso seja aprovado o projeto de lei complementar apresentado pelo senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB). A Carta de 88 possibilita a criação de complexos geoeconômicos e sociais com o objetivo de diminuir as desigualdades regionais. O projeto do senador regulamenta esse dispositivo e estabelece os critérios para a criação das regiões de desenvolvimento.

"A proposta respeita o momento atual da economia, conferindo espaço para articulação das ações governamentais ao nível regional", explicou ele. O projeto determina que as porções territoriais que comporão as regiões de desenvolvimento apresentem condições geoeconômicas e sociais semelhantes.

## Proposta susta privatização do BB e da CEF

O senador Roberto Freire (PPS-PE) apresentou projeto de decreto legislativo para sustar ato do Executivo que determina estudos visando à privatização do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Freire cita a Lei nº 9.491, de 1997, que altera o Programa de Desestatização, determinando que não se aplicam os dispositivos dessa lei às duas instituições, bem como às empresas públicas ou sociedades de economia mista que exerçam atividades de competência exclusiva da União.

Como prova da intenção governamental, o senador diz que há várias semanas os meios de comunicação, recorrendo normalmente a fontes do Ministério da Fazenda e do Banco Central, vêm divulgando notícias sobre a possível privatização do BB e da CEF.



Ronaldo: espaço para integração regional



Freire: lei não ampara intenções do governo



Pauta da CAE hoje de manhã prevê a votação de sete propostas

## CAE vota projeto que limita gastos da União com pessoal

Teto de despesas com a folha de funcionários para área federal é fixado em 50%. Estados, DF e municípios continuam com 60%

Em sua reunião de hoje, às 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) apreciará projeto de lei complementar estabelecendo que as despesas totais com pessoal não podem exceder, no caso da União, 50% da receita corrente líquida federal. O texto mantém o limite máximo de 60% das receitas correntes líquidas para gastos com pessoal nos estados, Distrito Federal e municípios. A proposta é de iniciativa do presidente da República e será relatada pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP).

Presidida pelo senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), a CAE também deverá discutir e votar parecer favorável do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) a projeto de lei da senadora Marina Silva (PT-AC) que prevê a criação de reserva do Fun-

do de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) para as unidades da Federação que abrigarem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas.

Outra matéria incluída na pauta é o projeto da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) que prevê a isenção da cobrança de pedágio nas rodovias federais para os veículos adaptados para motoristas portadores de deficiência física e por eles conduzidos.

Com parecer favorável do senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), a proposta estabelece que para conseguir a isenção aqueles motoristas deverão apresentar o vale-pedágio, pessoal e intransferível, obtido junto ao órgão concedente da rodovia, medi-

ante cadastramento prévio.

A pauta inclui ainda projeto de decreto legislativo que aprova o texto do Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Financeira de outubro de 1991, celebrado entre os governos do Brasil e da Alemanha em maio de 1997; projeto de lei do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que estabelece regras de financiamento da política nacional de desenvolvimento regional; e parecer do Banco Central sobre operação de crédito entre a União e o Amazonas, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária, cujos recursos serão destinados ao saneamento do Banco do Estado do Amazonas e à integralização de capital da agência de fomento.

## Proposta prevê uso de recursos das privatizações para combater seca

Entre os sete itens da pauta da CAE para hoje, há um projeto que tramita em caráter terminativo, do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), propondo que pelo menos 50% dos recursos obtidos com as privatizações sejam utilizados para o setor saúde e para a conclusão de obras de açudagem, barragem, irrigação e adução.

O parecer sobre a matéria, elaborado pelo senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), adota, no entanto, outra opção. O relator defende que "as receitas provenientes das privatizações efetuadas pelo governo federal serão utilizadas na quitação de dívidas junto ao setor público, tendo preferência, para efeito de pagamento, as dívidas, vencidas ou vincendas, garantidas pelo Tesouro Nacional e aquelas cujo credor seja a União, direta ou indiretamente".



Lúdio é contra proposta que destina dinheiro das privatizações para obras contra a seca

Lúdio reconhece que tanto o setor saúde quanto a conclusão das obras especificadas no projeto de Alcântara são importantes. Mas alega que ambos já contam com dotações específicas garantidas em lei:

— Assim, mesmo reconhecendo a

importância dos mesmos para o desenvolvimento econômico e social do país, julgamos que os recursos provenientes das privatizações devam, prioritariamente, contribuir para a reestruturação econômica do setor público, especialmente através da melhoria do perfil e da redução da dívida pública líquida, afirma, citando dispositivo da Lei nº 9.491, que altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização e que Alcântara pretende mudar.

A proposta do senador pelo Ceará faculta a aplicação das receitas das privatizações mediante convênios com estados, Distrito Federal e municípios, além de prever que a não-obediência ao dispositivo sobre a destinação das receitas sujeita o infrator às penas previstas para o crime de peculato.

## CRE analisa indicação de dois embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprecia hoje, às 17h30, parecer do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) à mensagem do Executivo indicando Sérgio Seabra de Noronha para o cargo de embaixador no Gabão, país da África. Também em reunião secreta, a CRE examina parecer do senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) à indicação de Carlos Alfredo Pinto da Silva para ocupar o cargo de embaixador na Nigéria.

Presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), a comissão vai discutir ainda oito projetos de decreto legislativo, entre os quais o que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre Governos Integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa para a redução da deman-

da, prevenção do uso indevido e combate à produção e ao tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas.

Na mesma reunião, serão examinados o texto da Convenção Internacional para a Proteção de Obtenções Vegetais, o Tratado de Extradicação celebrado entre o Brasil e a Coreia, o Protocolo de Integração Educacional para Prosseguimento de Estudos de Pós-Graduação nas Universidades dos Países Membros do Mercosul e acordos firmados pelo Brasil na área de turismo, com a Jamaica; de cooperação técnica, com a Costa Rica; de cooperação cultural e educacional, com a Rússia; e de cooperação científica e tecnológica, com o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte.

## CE discute datas para a imprensa e o chorinho

A Comissão de Educação (CE) reúne-se hoje, após a Ordem do Dia da sessão plenária, para examinar, entre outras matérias, projeto de lei da Câmara que pretende mudar, do atual dia 10 de setembro para 1º de junho, a data dedicada à imprensa.

O autor do projeto, deputado Nelson Marchezan, explica, em sua justificativa, que a mudança prestará homenagem a Hipólito José da Costa, responsável pela publicação, em 1808, do *Correio Braziliense*, primeiro jornal genuinamente brasileiro, segundo o deputado. O *Correio Braziliense* começou a circular em Londres no dia 1º de junho. Já 10 de setembro foi a data de lançamento da *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro jornal a circular no Brasil, também em 1808. A senadora Heloísa Helena (PT-AL), relatora da matéria, deu parecer favorável à proposta de Marchezan.

Outro projeto de lei a ser examinado pela CE é de autoria do senador Artur da Távola (PSDB-RJ) e institui o Dia Nacional do Choro. O objetivo, esclarece o senador, é garantir o reconhecimento do choro como forma musical autêntica do Brasil, e do compositor Pixinguinha como o responsável pelos contornos definitivos do gênero. A data escolhida por Távola para a comemoração foi 23 de abril, dia do nascimento de Pixinguinha. O projeto tem parecer favorável da senadora Marina Silva (PT-AC).

A CE examinará também projeto de lei de autoria do senador Moza-



Heloísa Helena, como relatora, deu parecer favorável à mudança do Dia da Imprensa

rildo Cavalcanti (PFL-RR) que autoriza o Poder Executivo a criar uma escola agrotécnica federal no município de Anauá, em Roraima. O projeto tem parecer contrário do senador Luiz Otávio (PPB-PA), para quem a proposição "não deixa de ter a pretensão de iniciar atos que são da competência exclusiva do Executivo". O relator citou, na sua argumentação, dispositivo constitucional segundo o qual são de iniciativa privativa do presidente da República as leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições dos ministérios e dos órgãos da administração pública.

Ainda na pauta da comissão, que é presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), constam projetos de decreto legislativo com pareceres favoráveis à renovação de concessões, permissões e outorgas deferidas a nove emissoras de rádio e a uma de televisão.



Segundo Arruda, a CCJ realizará audiências públicas para ampliar o debate sobre o tema

## Arruda propõe punibilidade a partir dos 16 anos de idade

Os maiores de 16 anos, que já podem votar, também devem ser imputados criminalmente em casos especiais, defendeu ontem o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF). Ele argumenta que a inimputabilidade criminal para menores de 18 anos tem sido entendida por vários segmentos sociais como sinônimo de impunidade.

Com o objetivo de ampliar o debate sobre possíveis soluções ao problema da crescente violência registrada no país, o senador apresentou proposta de emenda constitucional que retira da Carta o dispositivo que garante a inimputabilidade desses menores.

Arruda informou que a proposta está sob apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cujo presidente, José Agripino Maia (PFL-RN), decidiu pela realização de audiências públicas para que todos os segmentos sociais interessados possam discutir o problema.

Para José Roberto Arruda, o aumento da violência é decorrente das desigualdades sociais e da miséria que caracterizam o país, problemas cuja solução só pode se vislumbrar no longo prazo. "Há que se recorrer, assim, a medidas que surtam efeitos no curto prazo", disse ele.

Outra medida proposta por Arruda, em projeto de lei, estabelece que, nos crimes cometidos contra policiais militares e policiais civis, a pena seja aplicada em dobro.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) manifestou-se contrariamente à PEC que retira a inimputabilidade criminal de menores da Constituição. Para ela, traficantes e criminosos, que incorporam menores nas suas ações para escapar da punição legal, passarão a incorporar crianças ainda mais jovens, de 13 ou 14 anos.

# Senador lamenta descaso para com as crianças

Eduardo Siqueira Campos diz que estados e municípios devem implantar programas para manter a população infantil nas escolas

"O Brasil cuida melhor dos seus automóveis do que de suas crianças pobres", lamentou em discurso o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), ao informar ao plenário que o Tocantins vem executando com sucesso programas destinados a empregar crianças no plantio de mudas em viveiros e a eliminar o analfabetismo no estado.

– Em cinco minutos, é possível saber, através de uma rede de computadores, de tudo sobre um automóvel. Já quanto às nossas crianças pobres, nem sabemos direito quantas são, se estão nas escolas ou se são obrigadas a trabalhar – afirmou.

Eduardo Siqueira Campos defendeu que prefeituras e governos estaduais implantem programas de renda mínima ou semelhantes, de forma a incentivar a manutenção das crianças nas escolas. No Tocan-



Eduardo Siqueira Campos citou os programas em andamento no Tocantins como exemplo de ações públicas positivas em favor das crianças

tins, vem obtendo grande sucesso o programa Amigos do Meio Ambiente, que oferece trabalho a cerca de 700 crianças pobres nos viveiros de mudas do estado. Elas recebem uma bolsa em dinheiro, são obrigadas a estudar, e a bolsa ainda ajuda na manutenção de muitas famílias.

Já o Programa de Erradicação do Analfabetismo pretende acabar, até o final do próximo ano, com o

analfabetismo no Tocantins, que afeta 20% da população – cerca de 160 mil pessoas. O projeto está criando 2.675 alfabetizadores e 5.350 grupos de alfabetização, que são supervisionados pelo programa, o qual se desenvolve por parcerias entre o estado, o governo federal, prefeituras, empresas privadas e lideranças formais e informais. O projeto conta com o apoio da Unesco.

## Gilvam quer mais investimento na agricultura

"Gerar e manter empregos no campo, especialmente na agricultura familiar, sai mais barato que cuidar do desemprego urbano", afirmou ontem o senador Gilvam Borges (PMDB-AP), ao defender mais investimentos na área rural.

Segundo o parlamentar, o campo mantém ocupados 26% dos trabalhadores brasileiros, aí incluídos 5 milhões de pequenos agricultores que resistem bravamente ao êxodo rural.

O senador destacou que o custo de geração de um emprego na indústria automobilística não é menor que US\$ 300 mil.

Ele acrescentou que, somando-se todos os empregos diretos das montadoras de automóveis no Brasil, chega-se no máximo a 120 mil pessoas, menos da metade dos trabalhadores da cadeia produtiva de aves e ovos, que mantem ocupadas 225 mil pessoas.

– Nenhum país do mundo tem tanta oportunidade como o Brasil de potencializar seu desenvolvimento por meio da agricultura. É uma questão não só de investimento no setor, mas também



Gilvam defende incentivo à agricultura como forma de combater o desemprego e evitar o êxodo rural

de controle da dissipação de recursos – argumentou.

Gilvam acredita que, se o Brasil quiser garantir seu futuro, tem que incluir a agricultura na agenda positiva defendida pelo presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, no discurso com que abriu a presente sessão legislativa.

Gilvam defendeu a adequação das ações da política agrícola às da reforma agrária, assim como o enfrentamento das barreiras comerciais impostas no exterior contra as exportações brasileiras. E lembrou que o próprio presidente da República tem denunciado o gasto de US\$ 160 bilhões dos países desenvolvidos no subsídio a

seus produtores.

O parlamentar exigiu firmeza na exigência de cumprimento das condições pactuadas na Organização Mundial do Comércio e defendeu a adoção seletiva de subsídios creditícios e incentivos fiscais aos produtores brasileiros.

"Isso sem falar na necessidade de aumento dos estoques reguladores, a fim de serem vendidos em situações de emergência para impedir movimentos altistas de preços", pregou ele. Conforme Gilvam Borges, hoje, os estoques reguladores de arroz e feijão, no Brasil, são suficientes apenas para o consumo de uma semana.

## Lobão cobra combate à febre aftosa no MA

O senador Edison Lobão (PFL-MA) disse ontem que seu estado, segundo produtor de gado de corte do Nordeste, está impedido de comercializar os animais porque recebeu do Ministério da Agricultura a classificação de risco máximo quanto à febre aftosa. O senador fez um apelo ao ministro da Agricultura, Francisco Turra, e ao ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, para que tomem as providências a fim de eliminar os surtos de aftosa.

Lobão, citando a Carta dos Criadores do Maranhão, informou que o estado tem hoje 4,2 milhões de cabeças de gado, com vendas anuais de 588 mil animais de abate. Segundo o senador, esse desempenho foi conseguido graças ao melhoramento genético dos plantéis, ao confinamento de lotes e a outras práticas modernas adotadas.

Ele informou que em 1998 houve nove focos da doença em todo o estado, comprometendo todo o rebanho maranhense. O senador ressalta que o quadro atual é fruto de uma soma de omissões e "ameaça de naufrágio o imenso esforço dos criadores de gado". Lobão cita vários estados que desenvolvem programas de erradicação da febre aftosa, entre eles a Bahia, "que está vacinando 100% do seu rebanho".

Entre as propostas contidas na Carta dos Criadores do Maranhão para enfrentar os problemas atuais no setor, estão: a criação, pelo governo, do Circuito Pecuário do Meio Norte, envolvendo os estados do Maranhão, Tocantins e Piauí para o controle da febre aftosa; a realização de operação específica, sob o comando da polícia, para evitar o roubo de gado; e a fiscalização do tráfego de animais, tanto no recolhimento dos impostos como na inspeção sanitária.

## Heloísa Helena pede agilidade na reforma agrária

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) conclamou o governo federal a agilizar os processos de desapropriação de terras. "A burocracia e a corrupção que cercam esses processos retardam a reforma agrária no país, abrindo caminho para o verdadeiro 'banquete de balas', servido a tantos trabalhadores sem-terra que terminam assassinados, sem que sejam tomadas providências para encontrar os culpados", disse.

Para Heloísa, o governo federal precisa acabar com essa "farra de insensibilidade" em relação aos problemas do campo e aos trabalhadores sem-terra. "É preciso exigir providências do Ministério da Reforma Agrária para corrigir essas aberrações e sustar tantos focos de violência que mancham a terra, em função das distorções e erros da política agrária do governo FHC", ressaltou.

## Amazônia é o "diamante verde", diz Viana na TV

A Amazônia representa 30% do total de florestas do planeta e já perdeu 52 milhões dos 370 milhões de hectares por obra de madeireiros, garimpeiros, traficantes, projetos de assentamentos e de agropecuária mal administrados, além da agricultura de subsistência, que ainda usa fogo como meio de limpar a terra. A informação é do senador Tião Viana (PT-AC), em entrevista à TV Senado, que irá ao ar hoje às 9h30, 12h30, 18h30 e 20h30.

Para o senador, a biotecnologia

é uma questão de segurança nacional. "A Amazônia é o diamante verde do próximo milênio. Hoje, a área está vulnerável e não há nada do ponto de vista estratégico que proteja a região." Para amenizar o problema, Tião Viana disse que está sendo criado o Centro de Biotecnologia da Amazônia, que reunirá em Manaus laboratórios e grupos de cientistas para pesquisar o patrimônio genético da região. "O conhecimento será dividido, mas a soberania será preservada", afirma o senador.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

6h55 – Senado em Pauta  
7h – Saúde Todo Dia – Aerobahia  
7h30 – Especial Unip – Medicina do Tráfego – 2ª parte  
7h55 – Senado em Pauta  
8h – Saúde Todo Dia – Ginástica Natural  
8h30 – Jornal do Senado  
8h55 – Senado em Pauta  
9h – Cores do Brasil – Amazonas  
9h30 – Entrevista com o senador Tião Viana que fala sobre a biodiversidade da Amazônia  
9h55 – Senado em Pauta  
10h – Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo). Em destaque: Exame do projeto de lei que limita gastos com pessoal pela administração pública  
12h30 – Entrevista com o senador Tião Viana que fala sobre a biodiversidade da Amazônia  
12h55 – Senado em Pauta  
13h – Cores do Brasil – Sergipe  
13h30 – Mulheres em Destaque – A senadora Luzia Toledo conta a sua trajetória política  
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)  
Logo após – Comissão de Relações Exteriores. Em destaque: Indicação de embaixadores  
20h – Cores do Brasil – Bahia

20h30 – Entrevista com o senador Tião Viana que fala sobre a biodiversidade da Amazônia  
21h – Jornal do Senado  
21h15 – Mulheres em Destaque – A senadora Luzia Toledo conta a sua trajetória política  
21h55 – Senado em Pauta  
22h – Sessão Plenária (reapresentação)

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

08h – Agenda Senado  
Em seguida – Música e Informação  
10h – Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)  
Em seguida – Música e Informações  
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)  
Em seguida – Música e Informação  
19h – "A Voz do Brasil"  
Em seguida – Música e Informação  
20h30 – "Senado em Linha Direta – Edição Nordeste"  
Em seguida – Música e Informação  
21h – "Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste"  
Em seguida – Música e Informação  
21h30 – "Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste"  
Em seguida – Música e Informação  
0h – Sessão Plenária (Reprise)  
Em seguida – Música e Informação

## Freitas sugere criação de centro para proteger flora

Objetivo do órgão proposto é editar normas para o controle do uso de plantas medicinais e ampliar os estudos sobre elas

Com o argumento de que a flora brasileira há muito vem sofrendo um processo de destruição, o senador Freitas Neto (PFL-PI) apresentou projeto de lei autorizando o Poder Executivo a criar um Centro Nacional de Estudos, Conservação e Manejo de Plantas Medicinais, para funcionar subordinado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

A finalidade desse centro será pro-



Freitas Neto está preocupado com a destruição da flora

por normas para o controle do uso das plantas medicinais, fomentar estudos que possibilitem a ampliação do conhecimento sobre elas e promover sua conservação e manejo. O projeto fixa 13 incumbências para esse centro de estudos, entre elas a de criar e manter uma rede de informações especializadas em plantas medicinais.

Caso o projeto seja aprovado, serão consideradas plantas medicinais os recursos vegetais que contenham

substâncias utilizáveis com finalidade medicamentosa de maneira a assegurar sua disponibilidade para as presentes e futuras gerações. Observando que as plantas medicinais têm despertado atenção especial do comércio, Freitas Neto citou pesquisas que comprovam o aumento do uso e do valor monetário desses vegetais em todo o mundo.

– A preocupação com a perda desse importante patrimônio genético nacional torna urgente o desenvolvimento de ações mais eficazes para sua proteção – afirmou o parlamentar, ao pedir a aprovação do projeto. A matéria foi enviada à Comissão de Assuntos Sociais.

## Projeto de Emilia cria comissão de direitos humanos no Senado

Projeto de resolução apresentado pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) propõe a criação, no Senado Federal, da Comissão de Direitos Humanos e Questões do Gênero, de caráter permanente, destinada a tratar das matérias relativas aos direitos humanos, à mulher, à família, à pessoa portadora de deficiência, à infância, à juventude e ao idoso. A proposta estipula que a comissão deverá reunir-se às 10 horas das quintas-feiras e terá 18 membros.

– No Brasil, a emergência de questões concernentes aos assun-

tos referidos assumiu tal magnitude e tal relevância que se impõe ao Senado da República estruturar-se para oferecer resposta adequada às demandas formuladas pela sociedade – argumentou Emilia Fernandes.

Na opinião da senadora, o Brasil não tem acompanhado a evolução verificada em outras nações no campo dos direitos. Por este motivo, Emilia considera funda-



Emilia: Senado precisa participar da ampliação dos direitos sociais

mental a participação do Senado no sentido de ampliar as conquistas dos direitos sociais.

Pela proposta de Emilia Fernandes, aprovada a criação da nova comissão, as matérias relativas à pessoa portadora de deficiência, à criança, ao adolescente e ao idoso deixam de tramitar na Comissão de Assuntos Sociais e passam para a Comissão de Direitos Humanos.

## Simon quer promotor desde o início em investigações

Os promotores ou procuradores públicos deverão participar desde o início de todas as investigações sobre crimes de relevância social, como as fraudes contra o INSS e falsificação de medicamentos. A presença do Ministério Público irá acelerar os processos e evitar erros que atrasem o andamento das ações. Proposta de emenda constitucional com essa finalidade foi apresentada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS).

O senador afirma que as investi-



Simon diz que a intenção é acabar com a impunidade

gações criminais feitas pelas delegacias policiais esbarram, muitas vezes, na lentidão e na burocracia, criando uma sensação de impunidade, "como se o país não fosse capaz de deter as quadrilhas que lesam a nossa sociedade". A presença de promotores ou procuradores desde o início das investigações pode-

rá evitar "que esses bandidos poderosos" se beneficiem da morosidade do sistema penal brasileiro, acrescenta Simon.

## Luzia participa de Mulheres em Destaque

Árdua defensora dos direitos das mulheres, a senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) participa do programa *Mulheres em Destaque*, que vai ao ar hoje, às 5h, 13h30 e 21h15.

A senadora foi vice-prefeita de Vitória e foi responsável pela criação do JUS-Mulher, um espaço gratuito para quem precisa de assistência jurídica. Um grupo de advogados voluntários dedicam duas horas de trabalho para atender a mulheres carentes.

Uma outra iniciativa bem-sucedida de Luzia Toledo é a criação da Casa Abrigo, que dá apoio à mulher que sofre violência física e psicológica.

### COMO SINTONIZAR

#### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

#### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
  - Receptor ABR 200, ComStream
  - LBN DRO ComStream
  - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

# Jefferson defende um aumento "substancial" do salário mínimo

Senador adverte que oposição está "mordendo a isca" ao deixar de se preocupar com a questão social para se ocupar com CPIs

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou ontem que são os assalariados, em especial os servidores públicos, que estão pagando o preço mais alto pela estabilidade da moeda. "A oposição está mordendo a isca, esquecendo-se de defender os salários e de se preocupar com a questão social para se ocupar, apenas, com o barulho e o brilho das comissões parlamentares de inquérito", disse o senador.

Para Jefferson, a imprensa, o Senado, a sociedade em geral, todos se mostram "anestesiados" pelas denúncias que serão examinadas nas CPIs do Poder Judiciário e do Sistema Financeiro e pelo barulho que cerca seu funcionamento. "Estamos a poucos dias do 1º de maio, quando se anuncia o reajuste do salário mínimo, e ninguém discute os índices. Fala-se em um aumento entre 7% e 10%, levando o mínimo a escassos 80 dólares. E ninguém protesta", alertou.

Segundo o senador pelo Amazonas, não se trata de propor a reindexação dos salários, nem mesmo do mínimo. "Isso não resolve a questão social, mas acre-



Jefferson Péres deixa claro que não deseja a reindexação dos salários, mas um reajuste que ajude a diminuir a pobreza no país

dito que se deveria dar um aumento substancial para o mínimo, para diminuir os índices de pobreza no país. Se é verdade que o impacto sobre a Previdência Social ou as contas dos estados e municípios é grande demais, seria o caso de se estudar a desvinculação entre os índices", observou.

Jefferson Péres salientou que "não se pode aceitar é o silêncio em torno do achatamento salarial, em função dos descaminhos da oposição e da cumplicidade de todos". Ao lado dessa política, comentou, acontece uma remarcação sistemática nas tarifas públicas. "Os combustíveis subirão 7%, no terceiro aumento do ano. A energia elétrica sofrerá majoração média de 13%. Os serviços postais

subirão 30%, as tarifas de transportes aéreos, 10%. Mas são as telecomunicações que mais correm à frente dos salários", enfatizou.

O senador lembrou os motivos para o realinhamento de preços. "De um lado, o aumento de custos, em face da desvalorização cambial, de outro a necessidade de capitalizar essas estatais para que obtenham preços mais atraentes na privatização. E, sobretudo, a necessidade de cumprir metas de 3,1% de superávit primário acordadas com o FMI. Enquanto isso, a reedição da MP 1.815 suspende promoções funcionais e gratificações por tempo de serviço dos funcionários públicos. Não posso calar meu grito de inconformidade", afirmou.

## Heloísa critica privatização do setor elétrico

As privatizações de empresas do setor elétrico propostas pelo governo foram criticadas ontem pela senadora Heloísa Helena (PT-AL). Especialmente preocupada com a venda da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) e da Eletronorte, responsáveis pela distribuição de energia nas regiões Nordeste e Norte, a senadora voltou a defender a realização de plebiscitos para consultar as populações dos estados interessados.

— O governo não apresenta nenhum argumento capaz de convencer da necessidade de privatizar a Chesf, por exemplo. A privatização nada mais é do que o cumprimento de uma cláusula do

acordo com o Fundo Monetário Internacional — afirmou a senadora.

Para Heloísa Helena, o governo deveria buscar opções que não a privatização, envolvendo o desenvolvimento de matrizes energéticas alternativas, dada a escassez de recursos hídricos na região Nordeste.

— Por que não se aceita o desafio de investir em outras matrizes? A privatização é sempre apresentada como uma panacéia que vai resolver todos os problemas. Esse discurso, que é tido como moderno, na verdade é arcaico, porque olha com naturalidade a miséria e a fome do Nordeste — argumentou.

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) defendeu a participa-

ção do capital privado no setor elétrico, "desde que o governo cumpra suas obrigações, através das agências reguladoras, disciplinando a atuação das empresas". No caso específico da Chesf e da Eletronorte, Arruda entende que deve preponderar a visão de que elas não são simples empresas geradoras de energia, e sim verdadeiras agências fomentadoras de desenvolvimento econômico.

O senador Lauro Campos (PT-DF) criticou o Programa Nacional de Desestatização, que, segundo ele, está inserido no modelo de dependência econômica brasileiro que data do século XIX. "As privatizações são feitas com dinheiro público do BNDES e do Fundo de Amparo ao Trabalhador e entregues à sorrelfa, através de conchavos", atacou o senador petista.

## Quintanilha está otimista com o 2º Plano Plurianual

Ao comentar sua participação em reunião realizada na sexta-feira entre o presidente Fernando Henrique Cardoso e os ministros, quando foram apresentados os estudos do 2º Plano Plurianual de Desenvolvimento para o Brasil (PPA), o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) expressou ontem otimismo "diante da perspectiva de melhores dias que se abre para o país".

Na opinião do senador por Tocantins, o Brasil encontrará o caminho do desenvolvimento e as dificuldades serão enfrentadas com o PPA. Embora o plano ainda não esteja concluído, Quintanilha acredita que ele atenderá os anseios da população, por abranger ações que melhorarão a qualidade de vida.

Leomar Quintanilha informou que os investimentos previstos no PPA não se encerram no atual governo, mas prosseguem até 2007. De acordo com o senador, são US\$ 165 bilhões distribuídos em desenvolvimento social (US\$ 53,1 bi), telecomunicações (US\$ 40,5 bi), transportes (US\$ 32,3 bi), energia (US\$ 28,5 bi), meio ambiente (US\$ 9 bilhões) e informação e conhecimento (US\$ 1,6 bilhão).

— O Plano Plurianual pretende integrar definitivamente o Brasil. As ações deverão ser implementadas através de projetos de parceria entre a União, estados, municípios e



Leomar Quintanilha diz que o Plano Plurianual busca melhorar a qualidade de vida

o setor privado — comentou.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) afirmou que, dentro dos limites constitucionais, estará nas ruas defendendo a renúncia de Fernando Henrique. Mas, se não conseguir que o presidente deixe o cargo, adiantou que acompanhará ponto a ponto a execução das ações anunciadas no PPA.

O senador Edison Lobão (PFL-MA) se disse tranqüilo com o quadro de um futuro melhor traçado por Quintanilha, explicando que estava ficando preocupado com o quadro de "caos" apontado por Heloísa Helena. O senador Bello Parga (PFL-MA) salientou que o Brasil já vem melhorando alguns índices sociais nos últimos anos.

## Cabral elogia estudos de ministro do STJ

O senador Bernardo Cabral, (PFL-AM) destacou ontem dois estudos do ministro Fontes de Alencar, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), publicados na *Revista CEJ* sobre importantes temas do processo civil e penal. Os estudos incluem questões relacionadas aos procedimentos estaduais em matéria processual e os efeitos da competência da Justiça Federal; à Lei Magna, aos juizados de pequenas causas e juizados cíveis e criminais e ao direito processual.

Nos dois estudos, cujas íntegras o senador pediu que constassem nos Anais da Casa, o ministro Fontes de Alencar analisa o Direito Processual numa perspectiva histórica, desde o início da República até a promulgação da Constituição de 1988 e os trabalhos atuais que visam aprimorar a matéria, como o anteprojeto do novo Código de Processo Penal.

Cabral destacou também, nos estudos do ministro, a análise dos



Bernardo Cabral pediu a inserção nos Anais dos estudos do ministro Fontes de Alencar

dispositivos referentes à competência de a União legislar sobre Direito Processual e o exame do método segundo o qual a Constituição admite a concorrência da União, dos estados e do Distrito Federal para legislar acerca dos juizados de pequenas causas e dos juizados cíveis e criminais.